

3 - OUT 1991

“Maior ênfase ao ensino básico”

por Marília Stabile
de São Paulo

“É preciso que se dê menor ênfase ao ensino universitário e maior cuidado com o curso básico e técnico.”

A avaliação é do ministro da Educação, José Goldemberg, que, para cumprir a prioridade eleita, segue um diagnóstico simples: “O governo está oferecendo um ensino de baixa qualidade porque gasta pouco na escola”, resume o professor. Reverter esse processo significa inverter sinais na sua administração, a começar pela destinação e gerência das verbas que consomem a razoável parcela de 22% do total de tributos arrecadados pela União.

As universidades ficam com 60% desse total para atender a uma clientela de 350 mil alunos, cujo custo unitário pode chegar a US\$ 8 mil por ano. Já os estados e municípios têm que atender um contingente de 30 milhões de crianças em idade escolar que varia dos 7 aos 15 anos, cujo custo por aluno não ultrapassa a média dos US\$ 200 anuais ou Cr\$ 8 mil por mês, ao contrário das escolas particulares que cobram entre Cr\$ 50 mil e Cr\$ 60 mil.

A ideia de alterar esse perfil poderá começar com



José Goldemberg

novos critérios de repasse de recursos e atribuições às universidades. A remessa das verbas estaria atrelada ao pagamento por aluno e os salários, reconhecidamente defasados, seriam corrigidos de acordo com o desempenho dos professores. “A ênfase dada será a autonomia universitária, elas se estabelecendo como entidade jurídica própria, administrando de pessoal até salários, segundo estes novos critérios”, resume o ministro.

O ensino gratuito seria mantido, mas o MEC quer diferenciá-lo dependendo da classe social e econômica do aluno. Nesse sentido,

já encaminharam sugestões ao Ministério da Economia à proposta de cobrança de um percentual a mais no Imposto de Renda para os pais de alunos — com determinada faixa salarial.

A atuação do ministério não ficará restrita apenas às suas unidades diretas, pretende interferir também nos estados e municípios.

Para isso, vai usar as verbas de que dispõe. São US\$ 1,5 bilhão do salário-educação e mais US\$ 500 milhões da merenda escolar e livros didáticos que deixarão de ser distribuídos de acordo com critérios políticos. “Vou dar verbas, mas vou negociar duramente com os governadores e prefeitos, através dos secretários de educação, para que eles façam sua parte, que é pagar bem os professores e fazê-los seguir um tipo de gerenciamento que melhore o desempenho das escolas.”

O objetivo dos novos critérios é buscar solução para um dos problemas mais graves do ensino brasileiro: a evasão escolar. “A minha opinião é que os professores não são suficientemente atraentes para segurar os alunos nas escolas. Para reverter esta situação é preciso estimulá-los”, lembrou o ministro.

GAZETA MERCANTIL